

# **PRINCÍPIOS DA FISCALIDADE**

## **1. Objectivos Gerais**

O programa da presente disciplina tem por objectivo dar a conhecer aos alunos o conjunto de normas e princípios que regulam o nascimento, desenvolvimento e extinção das relações jurídicas fiscais, bem como a importância da fiscalidade junto dos operadores económicos e até nos cidadãos comuns.

Depois de uma parte introdutória, essencialmente vocacionada para o esclarecimento do conteúdo de determinados conceitos jurídico-fiscais, para o enquadramento e delimitação do âmbito do Direito Fiscal, das suas principais fontes e das regras de interpretação e integração da lei fiscal, segue-se a análise da constituição, do desenvolvimento e da extinção da relação jurídica fiscal, e a sua primordial interligação com a contabilidade e a economia empresarial.

## **2. Objectivos Gerais**

Mais adiante, numa fase em que aos alunos já foram ministrados os conhecimentos essenciais à compreensão, designadamente, da relação jurídica fiscal, dos impostos e das suas principais regras de codificação, procede-se à análise da forma como se encontra estruturado o sistema fiscal português e comunitário, bem como a influência das normas fiscais, quer na gestão das empresas, nas finanças empresariais, na auditoria fiscal, mas essencialmente a relação “fiscalidade – contabilidade”.

## **3. Competências a adquirir**

Constituindo os impostos uma realidade na vida de todos os cidadãos, a disciplina tem por objectivo dotar os alunos de conhecimentos técnico-jurídicos que lhes permitam interpretar e aplicar as normas e princípios que integram o sistema fiscal português, bem como o comportamento dos profissionais das áreas contabilísticas e fiscais perante a Administração Fiscal.

## **4. Metodologia de ensino**

Tendo presente o carácter teórico-prático das aulas, o método de ensino adoptado encontra-se estruturado do seguinte modo:

1. apresentação dos conceitos e regras da fiscalidade portuguesa e comunitária:
2. No final de cada ponto do Programa, os alunos são confrontados com casos práticos, cuja resolução é efectuada, em conjunto, no decurso das aulas.

## **5. Conteúdo Programático**

### **I – Princípios Gerais**

- 1 – A actividade financeira, o direito financeiro, o direito tributário e o direito fiscal.
- 2 – A natureza e a autonomia do direito fiscal.
- 3 – Relações do direito fiscal com outros ramos do direito.

### **II - O Imposto**

- 1 – Noção e características do imposto.
- 2 – Os elementos essenciais do imposto.
- 3 – O imposto e algumas figuras afins.
- 4 – Algumas classificações dos impostos.

### **III – As fontes do direito fiscal**

- 1 – A Constituição, as convenções internacionais, o direito comunitário, as leis, os regulamentos, os contratos, a jurisprudência, a doutrina e o costume.
- 2 – A codificação fiscal.

#### IV – Interpretação e integração das leis fiscais

- 1 – A interpretação da lei fiscal.
- 2 – A integração das lacunas da lei fiscal.
- 3 – As cláusulas anti-abuso.

#### V – Aplicação da lei fiscal no tempo e no espaço

- 1 - O início e o termo de vigência da lei fiscal.
- 2 - O princípio da territorialidade.
- 3 - A Convenção-Modelo O.C.D.E. destinada a evitar as duplas tributações em matéria de impostos sobre o rendimento e o capital.

#### VI - A relação jurídica fiscal

- 1 – A relação jurídica fiscal e a relação obrigacional fiscal.
- 2 – Os sujeitos da relação jurídica fiscal.
- 3 – O objecto da relação jurídica fiscal.
- 4 – A constituição e a alteração da relação jurídica fiscal.
- 5 – A extinção da relação jurídica fiscal.

#### VII - O sistema fiscal português

- 1 – Visão geral do sistema fiscal português.
- 2 – Principais impostos sobre o rendimento, sobre a despesa e parafiscais.
- 3 – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).
- 4 – Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).
- 5 – Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- 7 – Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)
- 8 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT).
- 9 – Benefícios Fiscais.

#### VIII – Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas

1. Introdução
2. Incidência
3. Isenções
4. Período de tributação

5. Diagrama de tributação
6. Contabilidade
7. Resultados líquidos do exercício
8. Variações patrimoniais
9. Valorimetria das existências
10. Amortizações e reintegrações
11. Provisões
12. Créditos incobráveis
13. Realizações de utilidade social e donativos
14. Encargos não dedutíveis
15. Despesas confidenciais e não documentadas
16. Mais-valias e menos-valias
17. Dupla tributação económica dos lucros distribuídos
18. Dedução de prejuízos fiscais
19. Regime simplificado
20. Obras de carácter plurianual
21. Relações especiais entre contribuintes
22. Tributação dos grupos de sociedades
23. Transformações de sociedades
24. Fusões e cisões
25. Liquidação de sociedades
26. Taxas
27. Deduções à colecta
28. Retenções na fonte
29. Pagamentos por conta
30. Tributações autónomas
31. Benefícios fiscais adquiridos – Regime transitório

## **6. Bibliografia Principal**

### **Código do Imposto s/ o Rendimento das Pessoas Colectivas**

**“Fiscalidade”, 4.<sup>a</sup> edição, de José Alberto Pinheiro Pinto, ed. Areal Editores (2004)**

**NABAIS, José Casalta, Direito Fiscal, 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2003.**

## **7. Bibliografia Complementar**

Manual de Direito Fiscal, Lex, Lisboa, 1998.J.L. Saldanha SANCHES.

O trabalho de fecho de contas do exercício de 2005 – APECA – Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade Auditoria e Administração – edição 2006.

“Fiscal”, 17.<sup>a</sup> edição, Colecção Legislação, Porto Editora (2006)

## **8. Metodologia da Avaliação**

**Avaliação apenas com prova escrita.**